

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UM PROCESSO FORMATIVO NO TERRITÓRIO SERGIPANO



MÔNICA ANDRADE MODESTO^{1*}, ALINE LIMA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO¹,
ÁDRIA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO¹

*monicamodesto1@gmail.com *alinenepo@academico.ufs.br *adriaribeirok@gmail.com

¹ Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação

RESUMO

A realidade socioambiental de Sergipe é marcada por desigualdades e injustiça ambiental, o que reforça a importância de processos de Educação Ambiental com condições de subsidiar políticas públicas comprometidas com a justiça social e a sustentabilidade. Neste contexto, a pesquisa aqui apresentada, desenvolvida entre 2022 e 2024, com apoio da Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Sergipe (SEDUC-SE) e da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica

do Estado de Sergipe (FAPITEC-SE), adotou a Educação Ambiental de Base Comunitária como referência para a formação de gestores(as) e docentes das mesorregiões Sertão, Agreste e Leste. Com abordagem qualitativa e caráter de pesquisa-ação, o estudo estruturou-se em três etapas: (1) análise documental de marcos legais da educação brasileira; (2) realização de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP), apoiados pela Matriz FOFA, nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Lagarto e São Cristóvão; e (3)

CITAÇÃO RECOMENDADA Modesto, MA, Nepomuceno, ALO & Ribeiro, AMO (2025). Educação ambiental com ênfase na execução de políticas públicas: considerações a partir de um processo formativo no território sergipano. *Lucanus* – Revista de Ambiente e Sociedade, Volume IX, Páginas 170-187.

elaboração de um guia pedagógico orientado à consolidação de processos formativos contextualizados. Os resultados revelam um diagnóstico abrangente das problemáticas socioambientais sergipanas, destacando fragilidades nas iniciativas educativas, lacunas nas políticas públicas e desafios relacionados às desigualdades territoriais. A análise crítica dos dados permitiu identificar potenciais comunitários, propor estratégias de enfrentamento e apontar o papel de instituições públicas, movimentos sociais, ONGs e associações na construção

de ações coletivas. O estudo demonstra que a Educação Ambiental, quando orientada por perspectivas críticas e participativas, fortalece processos formativos e amplia a formação para intervenção social nas comunidades, contribuindo para práticas mais democráticas e sustentáveis no estado de Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Ambiental Crítica; Espaço Não-Formal; Política Pública; Práticas Pedagógicas; Salas Verdes; Sergipe.

ABSTRACT

The socio-environmental reality of Sergipe is marked by inequalities and environmental injustice, reinforcing the importance of Environmental Education processes capable of supporting public policies committed to social justice and sustainability. In this context, the research presented here, developed between 2022 and 2024 with support from the State Secretariat of Education and Culture of Sergipe (SEDUC-SE) and the Foundation for Research and Technological Innovation Support of the State of Sergipe (FAPITEC-SE), adopted Community-Based Environmental Education as a reference framework for the training of school managers and teachers from the Sertão, Agreste, and Eastern mesoregions. Using a qualitative approach and an action-research methodology, the study was structured in three stages: (1) documentary analysis of legal frameworks related to Brazilian education; (2) implementation of Participatory Rapid Appraisals

(PRA), supported by the SWOT Matrix, in the municipalities of Nossa Senhora da Glória, Lagarto, and São Cristóvão; and (3) development of a pedagogical guide aimed at consolidating contextualized educational processes. The results reveal a comprehensive diagnosis of Sergipe's socio-environmental issues, highlighting weaknesses in educational initiatives, gaps in public policies, and challenges related to territorial inequalities. The critical analysis of the data made it possible to identify community strengths, propose coping strategies, and emphasize the role of public institutions, social movements, NGOs, and associations in the construction of collective actions. The study demonstrates that Environmental Education, when guided by critical and participatory perspectives, strengthens educational processes and expands opportunities for social intervention within communities, contributing to more democratic and sustainable practices in the state of Sergipe.

KEYWORDS

Critical Environmental Education; Green Rooms; Non-Formal Education Space; Pedagogical Practices; Public Policy; Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea tem afetado profundamente as comunidades humanas, embora de forma desigual. A problemática socioambiental vem se agravando progressivamente e acarreta impactos negativos significativos para os seres humanos, em grande parte decorrentes de suas próprias ações. Vivemos em uma era marcada pelo risco de colapso ambiental, o que torna imprescindível a execução de processos de Educação Ambiental, com potencial para subsidiar políticas públicas voltadas à construção de sociedades mais justas e sustentáveis (Layrargues & Sato 2024). Nesse sentido, a formação de professores(as) em uma Educação Ambiental com abordagem crítica e emancipatória torna-se fundamental, pois permite compreender as raízes da crise socioambiental e identificar estratégias eficazes para enfrentá-la.

A Educação Ambiental é um processo pedagógico fundamental para o cuidado com o meio ambiente. Ela está prevista na legislação brasileira desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e regulamentada por dispositivos legais, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), de 2005, com o propósito de formar cidadãos(ãs) conscientes em relação às relações entre a sociedade e o meio ambiente. Embora prevista formalmente nas políticas educacionais, existem lacunas na implementação da Educação Ambiental em nossa sociedade, sobretudo no ensino formal, no que se refere às orientações para que seja, por exemplo, interdisciplinar e transversal.

Tanto nos currículos educacionais quanto na prática escolar, a Educação Ambiental ainda é tratada de forma limitada, com práticas e ações predominantemente conservacionistas e pragmáticas. Nos currículos, sua presença ocorre de maneira simplista e fragmentada, o que evidencia lacunas na formação docente e na prática pedagógica, uma vez que não há definições claras sobre como ela deve ser desenvolvida nos âmbitos escolar e local (Nepomuceno *et al.* 2021). Diante desse cenário, para que a Educação Ambiental cumpra seu papel transformador, é necessário investir em processos formativos de educadores(as) ambientais, a fim de compreender as relações socioambientais existentes em nossa realidade e promover ações críticas e coletivas para enfrentar a crise socioambiental.

Diante disso, o objetivo deste artigo foi apresentar considerações sobre a Educação Ambiental, com ênfase na execução de políticas públicas a partir

de um processo formativo no território sergipano. Este processo foi desenvolvido com gestores(as) e docentes sergipanos(as), destacando as necessidades das comunidades distribuídas entre as três mesorregiões do estado de Sergipe: Sertão, Agreste e Leste. A formação contínua de docentes e a realização de processos educativos contextualizados são essenciais, sobretudo considerando a fragilidade das abordagens socioambientais existentes em Sergipe. Desse modo, a pesquisa investigou as possibilidades de implementação de políticas públicas fundamentadas na Educação Ambiental de Base Comunitária, uma vez que, sem formação adequada e práticas pedagógicas contextualizadas, os(as) professores(as) têm dificuldade em atuar sob uma perspectiva crítica e comunitária.

Vale destacar que a Educação Ambiental de Base Comunitária mencionada aqui também possui uma abordagem crítica; ambas não se diferenciam, mas se complementam ao valorizar as comunidades locais, sobretudo as tradicionais, que envolvem movimentos sociais ativos na luta contra os conflitos socioambientais que as afligem (Sánchez *et al.* 2020). Nesse sentido, o estudo, de abordagem qualitativa (Bogdan & Biklen 1994) e caracterizado como pesquisa-ação (Thiollent 2009), teve um caráter intervencionista e foi realizado ao longo de 36 meses, com início em janeiro de 2022 e conclusão a dezembro de 2024. Além disso, a pesquisa focou na implementação da Educação Ambiental na Rede Estadual de Sergipe por meio de uma proposta formativa colaborativa, envolvendo pesquisadores(as), gestores(as), educadores(as), líderes comunitários e alunos(as).

A execução do processo formativo foi estruturada em três etapas principais. A primeira consistiu em um estudo documental, com base em documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de identificar diretrizes e lacunas relativas à Educação Ambiental. A segunda etapa envolveu a aplicação de um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (Chambers 1981), com o objetivo de mapear as problemáticas socioambientais nas mesorregiões do estado. Para a análise, utilizou-se a Matriz FOFA, que permitiu identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas ao contexto local. Os DRPs foram realizados nas sedes dos municípios de Nossa Senhora da Glória (Sertão), Lagarto (Agreste) e São Cristóvão (Leste).

A terceira etapa resultou na confecção de um guia pedagógico para processos formativos em Educação Ambiental de Base Comunitária, consolidado em um livro que detalha todas as etapas da pesquisa, apresenta o diagnóstico da problemática socioambiental em Sergipe e propõe soluções viáveis. Todas as etapas deste estudo foram planejadas cuidadosamente para constituir a abordagem mais adequada ao enfrentamento do problema central, a partir do levantamento das possibilidades de ações emergentes dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O processo enfatizou a transformação da realidade

com base na coletividade, na discussão, na reflexão crítica e no encaminhamento do debate sobre as questões implicadas na situação analisada.

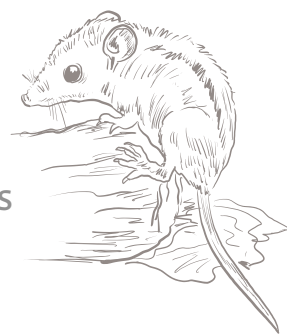
Desse modo, a pesquisa apresentada neste artigo deriva do processo formativo realizado entre 2022 e 2024, cujos resultados resultaram no *e-book* 'Desafios Socioambientais em Sergipe: Diagnóstico, Formação e Políticas Públicas para a Transformação' (Modesto *et al.* 2024), desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE) por meio do projeto Sala Verde na UFS.

A obra foi organizada com o propósito de abordar conceitos como justiça ambiental, construção de sociedades mais justas e sustentáveis, educação ambiental, políticas públicas e abordagens da Educação Ambiental de Base Comunitária. Neste estudo, buscamos evidenciar a importância do processo formativo que foi realizado, destacando os resultados dos principais desafios socioambientais de Sergipe, destacados por professores(as). Nesse contexto, este artigo apresenta e reflete sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do projeto, analisando a importância da formação continuada de educadores(as) como estratégia para fortalecer as práticas de Educação Ambiental.

Em síntese, os resultados obtidos na análise do processo formativo, realizada por meio da pesquisa-ação com natureza qualitativa, possibilitam uma análise crítica da problemática socioambiental de Sergipe, considerando as discussões participativas com os sujeitos envolvidos. As problemáticas identificadas foram examinadas à luz da Educação Ambiental Crítica, o que permitiu refletir sobre estratégias de enfrentamento e identificar pontos passíveis de aprimoramento. Além disso, foram destacados as instituições e os órgãos responsáveis pelo enfrentamento desses problemas, enfatizando a dimensão política e social da Educação Ambiental. A pesquisa também propôs ações voltadas à valorização do trabalho de movimentos sociais, organizações não governamentais e associações comunitárias, reforçando a importância da articulação entre conhecimento, comunidade e políticas públicas.



Processos formativos que promovem a Educação Ambiental com abordagem crítica valorizam os saberes das comunidades locais, incentivam a participação comunitária e adotam metodologias reflexivas, com o objetivo de formar sujeitos ecopolíticos."



2 FORMAÇÃO POLÍTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

De acordo com Freire (1987), conscientizar não significa ideologizar ou simplesmente propor palavras de ordem. Quando ações desse tipo ocorrem, elas refletem insatisfações reais na sociedade, relacionadas a situações de opressão. Nesse contexto, trabalhadores(as) podem mobilizar-se ou organizar-se para resistir a condições que ameaçam sua existência ou bem-viver, buscando defender seus direitos e interesses. Assim, se a conscientização das classes populares resulta em uma atuação política mais radical, isso indica que essas classes agem de forma direta e crítica para enfrentar as causas estruturais dos problemas que as afetam.

Considerando essa reflexão, o ponto de partida para este trabalho foi o de compreender o que alguns documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dizem sobre diretrizes e lacunas relativas à Educação Ambiental. Desse modo, ao desenvolver uma leitura na LDB (Brasil 2017) não foi destacada nenhuma orientação explícita sobre como incorporar a Educação Ambiental nas práticas docentes; revelou-se uma abordagem bastante compartimentalizada no sentido de separar a natureza da sociedade, assim como da política.

A análise das políticas foi realizada com profundidade, utilizando como auxílio o capítulo intitulado “O lugar da educação ambiental nos documentos oficiais: considerações a partir da legislação brasileira e sergipana”, de autoria de Marynara Costa Santos, presente no e-book resultante da pesquisa ‘Desafios Socioambientais em Sergipe: Diagnóstico, Formação e Políticas Públicas para a Transformação’ (Modesto *et al.* 2024). Com base nessa análise documental, procuramos, nos documentos, a palavra-chave “Educação Ambiental” e constatamos que a leitura dos documentos normativos não oferece orientações claras sobre como a Educação Ambiental deve ser incorporada em práticas pedagógicas, o que significa que existem lacunas quanto à aplicação dessa dimensão no contexto escolar.

Os currículos preveem a inclusão do “mundo físico e natural” e da “realidade social e política”, mas oferecem uma referência bastante genérica da Educação Ambiental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996)

e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abordam a Educação Ambiental de forma fragmentada e compartimentalizada, atuando com a visão ecológica e conservacionista, de que natureza e sociedade seriam esferas separadas, como se a sociedade e a política não dialogassem com os bens naturais.

Conforme Taffarel e Beltrão (2019), a fragmentação presente na BNCC apresenta uma versão romantizada e descontextualizada da relação entre o ser humano e o meio ambiente. Essa separação ocorre porque o enfoque da Educação Ambiental conservacionista pressupõe uma divisão entre a natureza e a vida social, sugerindo que os seres humanos teriam perdido a visão integrada necessária para se sensibilizar e cuidar do ambiente, que também faz parte do que somos (Layrargues & Lima 2014).

Essa visão, nas bases legais, não aponta quais abordagens de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas nas práticas pedagógicas, o que dificulta cobrar que os(as) professores(as) adotem uma abordagem crítica que conecte o meio ambiente à política. Como consequência, a Educação Ambiental acaba sendo abordada de forma superficial, limitada a ações pontuais e sem continuidade, sem abordar a problemática ambiental de maneira contextualizada com aspectos locais para promover a transformação socioambiental (Modesto 2016).

Nesse sentido, não adianta inserir a Educação Ambiental apenas como um complemento genérico, como se pudesse se encaixar em qualquer contexto de forma simplista e superficial, sem abordar de maneira efetiva seus porquês e como, que são fundamentais para enfrentar a problemática socioambiental. A LDB demonstra que o meio ambiente é tratado como algo à parte e que se busca dominá-lo, como evidenciado no seguinte fragmento: “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil 2017). Apenas mencionar a natureza ou o meio ambiente nessas políticas não garante a implementação da Educação Ambiental de forma crítica. Sob esse ângulo, a forma antropocêntrica do ser humano agir em sociedade, tratando-se como ser superior e sem focar nas causas responsáveis pelo estado crítico em que o planeta se encontra, aproxima a Terra do colapso ambiental (Layrargues & Sato 2024). Promover a superação da fragmentação entre o ser humano e a natureza é essencial para abordar a Educação Ambiental crítica de forma interdisciplinar. Além disso, isso resultará em mudanças nas práticas pedagógicas, promovendo a formação continuada de professores(as) por meio de políticas educativas que considerem o meio ambiente, bem como suas interações com a sociedade e com a política.

A LDB e a BNCC, mesmo prevendo a Educação Ambiental, a abordam como sinônimo de educação para o desenvolvimento sustentável, o que é bastante preocupante, já que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não

são equivalentes. Sustentabilidade refere-se à garantia do equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade e exige uma análise crítica de que, no atual sistema capitalista, não seria possível manter esse equilíbrio enquanto a natureza é explorada de forma predatória em busca de lucro. Conforme Sorrentino e Nunes (2020), é necessário evidenciar a fragilidade dos avanços na implementação de políticas de Educação Ambiental, uma vez que estas são fundamentais para a melhoria das condições ambientais e para a promoção das transformações sociais necessárias.

O desenvolvimento sustentável pode ser interpretado como um mito quando apropriado por discursos que tentam defender o equilíbrio entre crescimento econômico e cuidado ambiental, mas cuja aplicação, na prática, é frequentemente negligenciada e submetida a outros interesses que não enfrentam as contradições estruturais sistêmicas que limitam a construção de sociedades sustentáveis. Esse conceito reforça o mito do progresso diante da injustiça ambiental: não é possível satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, quando já produzimos três vezes mais do que consumimos e pessoas já estão sofrendo e morrendo por essa razão (Alves 2015). Não há como pensar no futuro se ele não existir.

Os resultados da análise dos documentos normativos indicam que, embora mencionem a Educação Ambiental como um direito e elemento essencial da educação, sua efetivação depende fortemente da adoção de uma vertente crítica na gestão política, nos currículos de formação docente e na aplicação prática e local. Sem essas condições, há o risco de que a Educação Ambiental seja tratada de forma superficial, reduzindo seu potencial transformador e comprometendo a educação que reconhece o meio ambiente como dimensão indissociável da vida social.

Esses documentos, que são a base da educação, apresentam uma abordagem conservadora, atribuindo a culpa da problemática ambiental de forma individual, e não coletiva, e adotam visões conservadoras, centradas na responsabilidade do indivíduo e alinhadas a interesses neoliberais. Vale ressaltar que o engajamento da sociedade é abordado, mas não se consideram as desigualdades estruturais que tornam certas comunidades mais vulneráveis à degradação ambiental, o que reproduz injustiças ambientais. A noção de justiça ambiental surge como contraponto, buscando integrar as lutas sociais e ambientais para superar desigualdades e promover a equidade (Acseirad 2002).

Para a execução dos processos formativos, foi instituído o curso “Consciência e Transformação: Políticas à Luz da Educação Ambiental”, destinado a professores(as) e desenvolvido em três polos nas macrorregiões sergipanas, nos municípios de São Cristóvão, Nossa Senhora da Glória e Lagarto. A implementação do curso contou com o uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), a fim de identificar as questões socioambientais presentes nas me-



FIGURA 1 Cartazes de divulgação do curso “Consciência e Transformação: Políticas à Luz da Educação Ambiental”.

sorregiões, a partir do conhecimento e experiência dos(as) professores(as) locais. A Figura 1 apresenta os cartazes utilizados na divulgação do curso para os docentes.

O curso de formação “Consciência e Transformação: Políticas à Luz da Educação Ambiental”, promovido pelo GEPEASE da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE) e o Governo do Estado de Sergipe, contou com a participação de docentes e coordenadores(as) escolares, membros de movimentos sociais e do Comitê de Bacias Hidrográficas de Sergipe. O curso foi organizado em três etapas distintas: a primeira fase, realizada presencialmente, teve caráter de sensibilização, envolvendo atividades par-

tipicativas e reflexivas com os participantes. Na segunda fase, conduzida por meio de uma plataforma virtual, buscou-se ouvir os participantes sobre as problemáticas socioambientais em suas respectivas mesorregiões. A terceira etapa consistiu em um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com o objetivo de identificar e sistematizar as principais questões levantadas pelos participantes. Essas etapas foram complementadas pelo material de divulgação, incluindo o cartaz desenvolvido para o curso. Na Figura 2, é possível visualizar alguns registros da realização do curso.



FIGURA 2 Registros das atividades desenvolvidas durante o curso “Consciência e Transformação: Políticas à Luz da Educação Ambiental”.



FIGURA 3 Cartaz de divulgação e registro fotográfico do Fórum “Eco(ar) Sergipe: Vozes pela Sustentabilidade”.

Após a conclusão das três etapas do curso, realizamos o Fórum “Eco(ar) Sergipe: vozes pela sustentabilidade”, em 3 de fevereiro de 2024. O evento apresentou como objetivo unir os polos de trabalho, e compartilhar os resultados alcançados ao longo das etapas formativas, bem como definir e esclarecer os próximos passos para a utilização desses resultados, incluindo a elaboração do e-book supracitado. Na Figura 3, encontra-se o cartaz utilizado na divulgação do Fórum, acompanhado de um registro fotográfico.

O levantamento das problemáticas socioambientais no curso de formação foi realizado por meio da metodologia participativa e ativa denominada “Onde? Quem? Como e Quando?”. Essa atividade constituiu uma adaptação pedagógica da Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), comumente utilizada como instrumento de análise para identificar os pontos fortes e fracos de projetos, bem como para priorizar questões críticas e indicar responsáveis pela resolução das problemáticas identificadas. Nesse contexto, o método “Onde? Quem? Como e Quando?” promoveu a reflexão crítica dos(as) participantes e incentivou sua participação na reflexão sobre formas de enfrentamento da problemática socioambiental.

Vale ressaltar que a promoção de formações integradas e contínuas no âmbito da Educação Ambiental é fundamental para enfrentar a problemática ambiental e fomentar a transformação de comunidades em espaços mais sustentáveis (Guimarães, 2013). Nesse contexto, um desenvolvimento com enfoque social fortalece o ensino participativo e interdisciplinar, incentivando a formação de cidadãos e cidadãs capazes de refletir criticamente e agir de forma consciente, com atitudes alinhadas a uma perspectiva transformadora.

A Educação Ambiental deve abordar conhecimentos e processos formativos a partir de práticas sociais, englobadas em diferentes contextos, que podem apresentar conjunturas distintas para promover transformações humanas (Moreira & Loureiro, 2023). Dessa forma, essas práticas são vivenciadas em determinados contextos de sociedade em que cada sujeito é impulsionado(a) a se conscientizar e sensibilizar quanto ao desenvolvimento de novas perspectivas de pensamentos e ações. Assim, em determinadas circunstâncias da vida, a partir dessa conscientização e sensibilização, somos educados(as) a promover transformações por meio de trocas de conhecimentos.

Segundo Nepomuceno (2017), a Educação Ambiental constitui um processo fundamental para articular, de forma crítica, as tensões políticas presentes nas práticas pedagógicas socioambientais, abrangendo tanto a produção quanto a aplicação social do conhecimento. Isso se torna ainda mais urgente diante do avanço do modo de produção capitalista, que intensifica a degradação ambiental. Assim, é indispensável promover formações com abordagem crítica e interdisciplinar de sujeitos ecológicos, aptos e sensíveis para a sustentabilidade (Nepomuceno 2017).

Ao reconhecermos a Educação Ambiental Crítica como uma política pública prioritária, seus impactos podem se relacionar diretamente à promoção da saúde humana em um cenário de crise socioambiental (Figura 4). Nesse contexto de disputa entre os interesses humanos e os limites ecológicos, tanto a humanidade quanto a natureza estão ameaçadas. Portanto, é necessária uma reconexão da vida humana com o planeta Terra e com os demais seres vivos, de modo a fortalecer uma resiliência socioambiental de caráter sistêmico (Silva & Guimarães 2018).



FIGURA 4 Síntese dos resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia adaptada da Matriz FOFA.

Ademais, a metodologia apresenta potencial para servir de referência na elaboração de roteiros de práticas pedagógicas em Educação Ambiental, ao oferecer subsídios para o desenvolvimento de atividades reflexivas e contextualizadas. Os resultados do mapeamento realizado nas mesorregiões, conduzido ao longo do curso de formação, evidenciaram que as problemáticas socioambientais mais recorrentes foram o abandono de animais domésticos e o descarte inadequado de resíduos sólidos (Figura 4). As comunidades relataram que a presença de animais nas ruas já é percebida como algo “normal”, apesar do sofrimento imposto a esses animais e dos riscos à saúde ambiental.

O Plano Estadual de Educação Ambiental – PlanEA/SE (Sergipe 2022) não aborda diretamente a problemática ambiental destacada, porém, se relaciona ao eixo de saneamento, que engloba ações de prevenção e mitigação de doenças, além da melhoria das condições socioambientais. Dessa forma, esse eixo pode incluir iniciativas educativas voltadas ao enfrentamento dessa problemática. Vale destacar que a problemática ambiental referente ao saneamento, presente também como um dos eixos no PlanEA/SE, que contempla questões como esgotamento sanitário, manejo de resíduos e abastecimento de água, cuja precariedade agrava a vulnerabilidade socioambiental, sobremaneira em regiões como o Agreste sergipano, marcado por condições climáticas de transição e forte atividade agrícola. Esse cenário evidencia processos de injustiça ambiental, nos quais comunidades pobres, negras, indígenas, ribeirinhas e tradicionais são desproporcionalmente afetadas pelos impactos da degradação ambiental (Acseirad 2002).

Também foi destacada a problemática dos resíduos sólidos. A principal fragilidade identificada foi a ausência de infraestrutura adequada para a coleta seletiva e a reciclagem, o que dificulta a implementação de ações de Educação Ambiental e, conseqüentemente, contribui para a perpetuação do problema. Para tanto, durante o processo formativo, foram debatidos os órgãos e instituições responsáveis por tais questões, destacando-se a importância política e social da Educação Ambiental como dispositivo para o enfrentamento. A partir dessas discussões, os(as) pesquisadores(as) propuseram ações voltadas à construção de práticas sustentáveis em nível local, considerando a realidade de cada território.

Por meio da discussão e da reflexão participativa durante o processo formativo, foi possível valorizar o pertencimento dos sujeitos sociais envolvidos, reconhecendo seus saberes e vivências como elementos centrais da Educação Ambiental. Esse enfoque possibilitou compreender não apenas os desafios enfrentados pelas comunidades, mas também os conflitos envolvidos na construção coletiva de alternativas sustentáveis. A formulação de políticas públicas voltadas ao bem-estar social pode parecer uma responsabilidade exclusiva do governo; entretanto, considerando o nível de interesse



da sociedade em participar desse processo, torna-se fundamental que ela se envolva ativamente na sua construção (Secchi 2010).

Como oportunidade, foram citadas práticas pedagógicas de Educação Ambiental a fim de desenvolver consciência crítica e participação comunitária, enquanto a falta de regulamentação e o desinteresse do setor privado aparecem como ameaças. É importante destacar os impactos ambientais decorrentes do abandono de animais domésticos. Em razão da carência de políticas públicas e de financiamento voltados à proteção animal essa problemática se torna cada vez mais grave. Além dos impactos sociais e de saúde pública, seus efeitos impactam diretamente o ambiente, visto que os animais abandonados podem preda espécies nativas e se tornar uma praga, comprometendo o equilíbrio do ecossistema. A Educação Ambiental surge como potencialidade ao mobilizar comunidades, ONGs e poder público para ações de adoção, vacinação e cuidado responsável, mas a resistência socio-cultural e a falta de recursos permanecem como obstáculos (Sergipe 2022).

Além disso, a formação continuada de docentes é fundamental para o fortalecimento da identidade e a valorização profissional, embora enfrente desafios significativos em seu desenvolvimento dentro da sociedade capitalista. Entre as principais dificuldades, destacam-se a disponibilidade de tempo para a liberação dos docentes para participação em cursos, o custeio e a substituição durante as atividades de formação continuada, bem como a conciliação entre estudos e trabalho e a insuficiência de recursos financeiros repassados pelo governo federal aos municípios (Gatti 2021).

É nesse contexto, marcado pela falta de valorização dos seres humanos, que a problemática relativa ao uso excessivo de agrotóxicos, à falta de informação e à formação inadequada de agricultores foi identificada como ameaça significativa. A Educação Ambiental pode contribuir para a difusão de práticas sustentáveis, como a agroecologia, embora tenha de enfrentar pressões econômicas da indústria de agrotóxicos (Lamosa & Loureiro 2014). Nesse caso, a adoção de políticas que incentivem métodos alternativos representa uma oportunidade relevante. Já a problemática do esgoto a céu aberto evidenciou a precariedade da infraestrutura de saneamento e a ausência de ações educativas, fatores que comprometem a saúde pública e o meio ambiente.

A sensibilização por meio da Educação Ambiental apresenta-se como potencial para fomentar a participação comunitária e fortalecer reivindicações por melhorias, ainda que a falta de vontade política, os interesses econômicos e a descontinuidade de políticas públicas se mantenham como ameaças importantes. Por outro lado, oportunidades envolvem a implementação de práticas sustentáveis de tratamento de esgoto e a criação de políticas de conscientização em saúde. De modo geral, as discussões evidenciaram que a Educação Ambiental crítica é fundamental para fortalecer a participação

comunitária, evidenciar desigualdades socioambientais e promover ações coletivas orientadas à justiça ambiental e à sustentabilidade.

Há uma descentralização da administração e do financiamento dos serviços públicos para o governo, o que resulta em uma perda da soberania do Estado e emergem exigências sociais que reivindicam políticas alinhadas aos interesses dos direitos constituídos socialmente (Lélis & Silva 2010). Os resultados indicam que os(as) professores(as) enfrentam dificuldades em abordar questões ambientais de forma crítica e eficaz, o que impacta diretamente o ensino: os alunos acabam recebendo uma Educação Ambiental que não contempla plenamente os problemas socioambientais específicos da região. Embora as políticas públicas afetem esferas privadas, como família, mercado ou religião, elas não deixam de ser públicas, essa participação ocorre dentro de um marco de decisões públicas para as comunidades, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais apoiados no poder normativo do Estado (Rua 2009).

Processos formativos que promovem a Educação Ambiental com abordagem crítica valorizam os saberes das comunidades locais, incentivam a participação comunitária e adotam metodologias reflexivas, com o objetivo de formar sujeitos ecopolíticos. Nesse contexto, a própria investigação se beneficia do conhecimento dos(as) participantes, fundamentais para diagnosticar a realidade socioambiental em Sergipe e implementar processos formativos capazes de articular múltiplos sujeitos sociais e setores da sociedade, promovendo uma Educação Ambiental emancipatória e integrada (Modesto 2016).

Os resultados evidenciam a urgência de práticas educativas críticas que superem o silenciamento institucional e fortaleçam a formação de sujeitos ecopolíticos, capazes de atuar em prol de sociedades sustentáveis e participativas, articulando conhecimento acadêmico, saberes locais e gestão comunitária dos bens naturais. Conforme Freire (1979), é fundamental que a educação não se limite aos conteúdos, mas se expresse também em programas e metodologias adaptadas, que permitam ao indivíduo tornar-se sujeito, ou seja, uma pessoa capaz de transformar o mundo e estabelecer relações de equidade com os demais membros da comunidade, compartilhando seu conhecimento, cultura e história.

Portanto, a Educação Ambiental precisa ser fortalecida na sociedade, por meio de processos formativos que possibilitem o enfrentamento da degradação e da injustiça ambiental. Isso implica reconhecer que a justiça ambiental depende de políticas públicas eficazes, pois uma não se realiza sem a outra. Quando a política se materializa em estratégias voltadas à promoção da justiça e à recomposição das condições de vida de comunidades vulneráveis, é possível superar os obstáculos que dificultam o enfrentamento das problemáticas socioambientais. Entretanto, há uma contradição evidente

entre a compreensão de política e os avanços tecnológicos, uma vez que muitas dessas inovações são desenvolvidas não para solucionar a injustiça ambiental, mas para atender a interesses sociopolíticos vinculados a transformações que consolidam condutas neoliberais.

Diante disso, os resultados da terceira etapa do processo formativo culminaram na elaboração de um guia pedagógico voltado para processos formativos em Educação Ambiental de Base Comunitária, consolidado no *e-book Desafios Socioambientais em Sergipe: Diagnóstico, Formação e Políticas Públicas para a Transformação* (Modesto et al. 2024). Este material detalha todas as etapas da pesquisa, apresenta o diagnóstico das problemáticas socioambientais em Sergipe e propõe soluções viáveis a partir das ações emergentes dos sujeitos envolvidos. O processo enfatizou a transformação da realidade por meio da coletividade, do debate, da reflexão crítica e da articulação entre diferentes atores sociais, promovendo uma abordagem integrada para enfrentar os desafios socioambientais de Sergipe.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seus resultados ao evidenciar como a crise socioambiental contemporânea afeta comunidades de maneira desigual e como suas consequências decorrem, em grande parte, das próprias ações humanas. Nessa perspectiva, foi evidente que a Educação Ambiental, sobretudo quando concebida de forma crítica e emancipatória, é fundamental para compreender as raízes da problemática socioambiental e identificar estratégias eficazes de enfrentamento. Além disso, a formação continuada de professores(as) desempenha papel central nesse processo, permitindo que a educação supere abordagens conservacionistas e fragmentadas, integrando saberes locais, conhecimento acadêmico e gestão comunitária.

O estudo demonstrou que, mesmo a Educação Ambiental estando prevista na legislação brasileira e em políticas públicas, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo em termos de interdisciplinaridade e articulação com a realidade socioambiental local. Nos currículos e nas práticas escolares, a abordagem ainda é fragmentada e predominantemente conservacionista, limitando o potencial transformador da Educação Ambiental. Diante disso, surge a necessidade de fortalecer formações docentes em Educação Ambiental, como estratégia imprescindível para o

desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e participativas, capazes de promover a construção de sujeitos ecológicos e a mobilização social em prol de sociedades mais justas e sustentáveis.

O processo formativo realizado entre 2022 e 2024 em Sergipe, envolvendo docentes, gestores(as), pesquisadores(as) e representantes comunitários, permitiu diagnosticar as problemáticas socioambientais regionais e propor soluções viáveis, articuladas no e-book *Desafios Socioambientais em Sergipe: Diagnóstico, Formação e Políticas Públicas para a Transformação* (Modesto et al. 2024). Entre os desafios identificados, destacam-se o abandono de animais domésticos, o descarte inadequado de resíduos sólidos, o uso excessivo de agrotóxicos e a precariedade da infraestrutura de saneamento. Essas questões evidenciam processos de injustiça ambiental, nos quais comunidades vulneráveis são desproporcionalmente afetadas, reforçando a necessidade de políticas públicas e ações educativas integradas.

Portanto, ressaltamos que a participação ativa da sociedade na formulação de políticas públicas é essencial para que a Educação Ambiental seja eficaz. A articulação entre conhecimento acadêmico, saberes locais e ação comunitária possibilita enfrentar a fragmentação entre sociedade e natureza, promovendo práticas de justiça ambiental e sustentabilidade. Além disso, as barreiras estruturais, como a falta de tempo, de recursos e de regulamentação adequada, dificultam a implementação plena de processos formativos e, consequentemente, a consolidação de práticas socioambientais transformadoras.

Dessa forma, os resultados indicam que a Educação Ambiental crítica é um dispositivo estratégico para fortalecer a participação comunitária, valorizar saberes locais e promover práticas de sustentabilidade em níveis individuais e coletivos. Ao articular a reflexão crítica, a formação docente e as políticas públicas contextualizadas, é possível enfrentar a crise socioambiental e construir sociedades mais equitativas e ambientalmente conscientes. Por fim, o estudo evidencia que, para efetivar a transformação socioambiental, é imprescindível a continuidade de processos educativos participativos, interdisciplinares e emancipatórios, para fortalecer sujeitos ecológicos engajados na promoção da justiça ambiental e do bem-viver socioambiental.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acseirad H (2002). Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5, 49-60.
- Alves JED (2015). O mito dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). *EcoDebate*. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/23/o-mito-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso a 15 de Julho de 2024.

Brasil (2017). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, Brasília.

Freire P (1979). Conscientização. Cortez e Moraes, São Paulo.

Gatti BA (2021). Formação de professores no Brasil: políticas e programas. *Paradigma*, 42(e2), 1-17. doi: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2021.p01-17.id1044. Disponível em <https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1044>. Acesso a 5 de Junho de 2026.

Guimarães M (2013). Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. *Margens Interdisciplinar*, 7(9), 229-240.

Lamosa R & Loureiro CFB (2014). Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22(83), 533-554.

Layrargues PP & Lima GFC (2014). As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, 17(1), 23-40.

Lélis UA & Silva MV (2010). A materialização das políticas do “terceiro setor” na educação brasileira, no contexto de “(contra)reforma” do Estado. Em: Lima AB & Muñoz GH (Eds.). *Estado e Políticas Públicas em Tempos de Reformas*. Editora Alínea, Campinas.

Modesto MA (2016). Que revelam os discursos emergentes do currículo? Possibilidades para formação ambiental do pedagogo mediante o ensino de história. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil.

Modesto MA, Nepomuceno ALO & Nascimento LMB (Orgs.) (2024). *Desafios socioambientais em Sergipe: diagnóstico, formação e políticas públicas para a transformação*. 1ª ed. Criação Editora, Aracaju.

Moreira LTS & Loureiro CFB (2023). Análise crítica do discurso do documento diretrizes de aprendizagem dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no currículo da cidade de São Paulo. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, 10, 1-15. doi: 10.47401/revisea.v10.19650. Disponível em <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/19650>. Acesso a 16 de Julho de 2024.

Nepomuceno ALO (2017). *Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental: contextos da Política Estadual de Educação Ambiental (SE)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil. Disponível em <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4603>. Acesso a 10 de Janeiro de 2024.

Rua MG (2009). *Políticas públicas*. Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Santos MC (2024). O lugar da educação ambiental nos documentos oficiais: considerações a partir da legislação brasileira e sergipana. Em: Modesto MA, Nepomuceno ALO & Nascimento LMB (Orgs.). *Desafios socioambientais em Sergipe: diagnóstico, formação e políticas públicas para a transformação*. Criação Editora, Aracaju.

Secchi L (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning, São Paulo.

Sergipe (2022). *Plano Estadual de Educação Ambiental*. Disponível em https://www.se.gov.br/anejos/uploads/download/filename_novo/. Acesso a 25 de Novembro de 2025.

Silva CCM & Guimarães M (2018). Mudanças climáticas, saúde e educação ambiental como política pública em tempos de crise socioambiental. *Revista de Políticas Públicas*, 22, 1151-1170.

Sorrentino M & Nunes ELM (2020). Local/global: caminhos da (in)sustentabilidade. *Caderno Prudentino de Geografia*, 42, 363-389. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7753>. Acesso a 1 de Maio de 2024.

Taffarel CNZ & Beltrão JA (2019). Destruição de forças produtivas e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora: o caso da reforma da BNCC do ensino médio. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 11(1), 103-115.